

Agenda Estadual do

Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Paraná

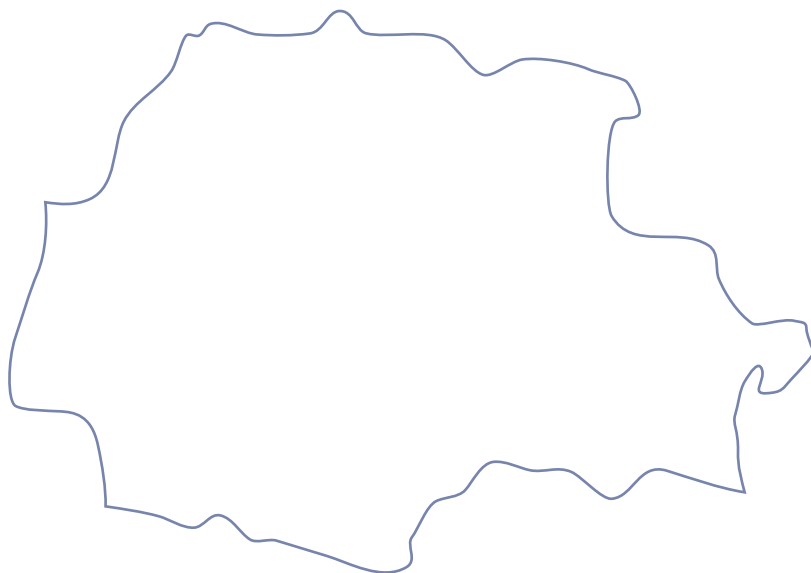


Brasília
Março, 2024

Agenda Estadual do

Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Paraná



Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Paraná
Agenda Estadual do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – Paraná

Presidente: Darci Piana

Vice-presidentes: 1º – Ari Faria Bittencourt, 2º – Paulo Salesbram, 3º – Paulo Beal, 4º – Paulo Cesar Naujack, 5º – Ulisses Piva, 6º – Pedro Joanir Zonta, 7º – Ovhanes Gava, 8º – Edenir Zandoná Junior, 9º – Leopoldo Nestor Furlan, 10º Vice-Presidente Câmara do Comércio Atacadista – Luís Antonio Dias, 11º Vice-Presidente Câmara do Comércio Varejista – José Alex Gonçalves Figueira, 12º Vice-Presidente Câmara de Agentes Autônomos – Luiz Sérgio Wozniaki, 13º Vice-Presidente Câmara de Assuntos do Mercosul – Valter da Silva Barros, 14º Vice-Presidente Câmara de Turismo – Ricardo Hirodi Toyofuku, 15º Vice-Presidente Câmara de Mediação e Arbitragem – José Carlos Loureiro Neto

Diretores Secretários: 1º – Nélcir Antônio Ferro, 2º – Idalberto Batista Vilas Boas, 3ª – Aída Santos Assunção

Diretores Tesoureiros: 1º – Nelson José Bizoto, 2º – Sigismundo Mazurek, 3ª – Gisele Mari Junqueira Santos Zanon

Diretores para Assuntos Sindicais: José Alberto Pereira

Diretores para Assuntos de Relações de Trabalho: Abrão José Melhem, Airtton José Trento, Mara Silvia de Mello Moraes, Vilmar Bottin

Diretores para Assuntos Tributários: Everton Calamucci, Zildo Costa, Antonio Barea

Diretores para Assuntos de Desenvolvimento Comercial: Dercilio Constantino, Ademilson Milani, Sandro Augusto Sabadin

Diretores para Assuntos de Crédito: Adermar Bayer, Paulo Hermínio Pennacchi, Luis Carlos Favarin

Diretores para Assuntos de Relações de Consumo: Kasciano Roberto Moraes, Carlos Antonio Amaral Monteiro, Rogerio Vosnika

Diretores para Assuntos de Comércio Exterior: Alberto Luis de Souza Araújo, Gumerindo Ferreira dos Santos Junior

Diretores para Assuntos de Habitação e Imobiliário: Liliana Ribas Tavarnaro, Luiz Carlos Borges da Silva

Conselho fiscal:

Membros Efetivos: 1º – Wanderley Antonio Nogueira, 2º – Agostinho Francisco Sabadin, 3º – Jorge Dib Manne

Membros Suplentes: 1º – Cassiano Dalledone Zancan, 2º – Humberto Máximo Pires da Costa, 3º – Fabio Hideki Assahi

Suplentes da Diretoria: 1º – Angelo José Dal Pai, 2º – Sidney Catenaci, 3º – Carlos Batista Rodrigues, 4º – Horst Adelberto Waldraff, 5º – Diógenes Kuczynski Szpak, 6º – Emerson Alcides Veronese, 7º – Olcimar Jose Parzianello, 8º – Mauro Roberto Szpak, 9º – Osnei José Simões Santos, 10º – William Fernando Favarin, 11º – Júlio dos Reis Rangel, 12º – Roberto Luiz de Oliveira, 13º – Itacir Mayer, 14º – Laércio Schineider, 15º – Justino Rodrigues da Fonseca, 16º – Roberto Hernando Barco, 17º – Valdir José Civiero, 18º – Joselito Soncella, 19º – Amauri Donadon Leal, 20º – Miguel Donha Junior, 21º – Nilson José Zancan, 22º – Gélcio Miguel Schibelbein, 23º – José Marioli Simão, 24º – Eduardo Rubens de Andrade, 25º – Onésimo Santos de Anunciação, 26º – Marcos dos Santos Junior, 27º – Maria Deli Medeiros de Medeiros, 28º – Rosangela Canisso, 29º – José Roberto Marques, 30º – Claudinei Herrero

Representantes junto à CNC

Efetivos: Darci Piana, Ari Faria Bittencourt

Suplentes: Paulo Cesar Naujack, Wanderley Antonio Nogueira

1ª edição 2023 | 2ª edição 2024

Redação técnica: Fecomércio-PR, CNC e Departamentos Nacionais do Sesc e do Senac

Capa e Diagramação: Gecom/CNC

Revisão: Daniel Dutra

F293

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Paraná
Agenda Estadual do Comércio de Bens Serviços e Turismo: Paraná /
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do
Paraná. – 2. ed. – Paraná : Fecomércio, 2024.
26 p. : il. color.

1. Gestão Pública. 2. Infraestrutura. 3. Tributação. 4. Educação. 5. Paraná.
I. Título.

CDD 351

Sumário

Apresentação	4
Somando esforços	5
Introdução	6
Caminho para o desenvolvimento	7
Ambiente de negócios	8
Desburocratização	9
Acesso a crédito	9
Aplicação de tecnologias na segurança pública	10
Transformação digital no setor público	10
Infraestrutura	12
Energia: Incentivo à economia de baixo carbono	13
Energia: Tratado de Itaipu	13
Mudança dos critérios de utilização da outorga	14
Irrigação	14
Logística	15
Modal aeroviário	15
Modal ferroviário	16
Modal hidroviário	16
Modal portuário	17
Modal rodoviário	17
Saneamento	18
Telecomunicações	18
Tributação	20
Tributação	21
Educação e bem-estar	24
Educação e bem-estar	25



Apresentação

Somando esforços

O segmento que é um dos pilares da economia brasileira, gerador de milhões de empregos e responsável por aproximadamente um terço do nosso Produto Interno Bruto (PIB) defende um Brasil melhor e com oportunidades para todos.

É o propósito que motiva a construção deste documento: uma agenda propositiva e permanente para balizar o desenvolvimento do país e o bem-estar dos brasileiros.

A Agenda Institucional do Sistema Comércio contempla uma série de pautas importantes para impulsionar o setor terciário em seus diferentes níveis. Ela nasce de um amplo diálogo que envolve empresários, trabalhadores, o poder público, a sociedade e seus representantes.

Queremos que as ideias e recomendações expressas neste documento ganhem visibilidade e repercutam no espectro político-econômico. São contribuições fundamentadas na representatividade de quase oito décadas do Sistema Comércio, que é liderado pela CNC e composto por Federações, Sindicatos e nossos braços sociais para educação, cultura, lazer, assistência, saúde e sustentabilidade – o Sesc e o Senac.

No âmbito local, a construção dessas propostas é liderada pela Federação do Comércio, à qual cabe articular as demandas do empresariado e fortalecer o ambiente de negócios, buscando condições justas de trabalho e que favoreçam o desenvolvimento sustentável.

O Comércio de Bens, Serviços e Turismo se destaca por sua abrangência e seu dinamismo. Abrange, ao mesmo tempo, atividades tradicionais e de alta tecnologia. E tem se diversificado cada vez mais, atendendo às demandas complexas e em constante transformação da sociedade moderna.

Ainda enfrentamos uma série de desafios. Precisamos melhorar a infraestrutura, investir na qualidade dos serviços, aperfeiçoar os mecanismos regulatórios. E esta Agenda é um instrumento essencial para alcançar esses objetivos.

Em seu conjunto de propostas estão demandas comuns a todos os entes federativos e temas que contemplam as particularidades regionais.

Estamos dispostos ao diálogo, empenhados em estimular o desenvolvimento, a atividade empreendedora e a redução das desigualdades.

Queremos somar esforços pelo país que todos sonhamos.

José Roberto Tadros

Presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac

Ary Farias Bittencourt

Presidente do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac do Paraná (em exercício)



José
Roberto
Tadros



Ary Farias
Bittencourt



Introdução

Caminho para o desenvolvimento

O presente documento apresenta, nas próximas páginas, a Agenda Institucional do Sistema Comércio no Paraná, um plano de atuação que traz um conjunto de propostas consolidado pela Federação do Comércio para nortear a formulação de políticas públicas que fortaleçam o empresário local e respondam aos anseios da população.

Os levantamentos econômicos mais recentes mostram que o estado possui 690.535 estabelecimentos, dos quais 223.255 são voltados para o Comércio, 301.466 para o segmento de Serviços e 31.659 para o Turismo. Os demais ficam por conta do Agronegócio, com 31.616, e da Indústria, com 102.539 unidades.

A participação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo no Valor Adicionado Bruto (VAB) do estado foi de 60,7%, assim distribuídos: Serviços, 45%; Comércio, 13%; e Turismo, 2,7%. A Agropecuária e a Indústria somaram 39,3% no VAB.

A análise desses dados e os movimentos concretos das políticas públicas para o desenvolvimento regional resultarão em colheitas generosas no futuro próximo. Nesta publicação mostramos as principais dificuldades enfrentadas por cada setor para empreender no estado e, mais importante, as suas soluções, que visam impulsionar o crescimento e promover melhorias em educação, infraestrutura e serviços públicos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

As Agendas Estaduais são instrumentos estratégicos que marcam a mobilização nacional do Sistema Comércio em favor do país. Por meio do engajamento das Federações e dos Sindicatos, com o apoio institucional do Sesc e do Senac, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) realizou várias plenárias virtuais e encontros regionais para levantar temas de interesse e as principais necessidades dos setores sob o olhar do empresário do setor terciário.

Graças a essa ação conjunta, foi possível reunir lideranças sindicais e empresariais para compreender as demandas e realidades de cada estado, aprofundando o diálogo e contribuindo para a construção de propostas robustas.

As análises dos planos de governo e das políticas públicas locais foram etapas fundamentais na elaboração deste documento, demonstrando nosso compromisso com a busca de soluções eficazes junto aos integrantes dos poderes executivo e legislativo.

Em 2023, fruto dessa construção coletiva e colaborativa do Sistema Comércio, a Agenda Institucional do Sistema Comércio foi entregue ao vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, em um evento no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília (DF), que reuniu mais de 800 convidados, incluindo 115 parlamentares federais, além de empresários, lideranças sindicais e presidentes de todas as Federações do país, entre elas as Fecomércios, Fenacon, Fenavist, Fecombustíveis, Fenacor, Feaduaneiros, Febrac e FBHA.

Neste ano, queremos avançar ainda mais como protagonistas do desenvolvimento social e econômico, reafirmando nosso compromisso de contribuir para a formulação de políticas públicas que favoreçam o bem-estar, o crescimento, a geração de emprego e renda.

O Sistema Comércio, ciente das suas responsabilidades e fiel à sua bem-sucedida trajetória de quase oito décadas, segue trabalhando incansavelmente e de forma integrada pelo Brasil e pelos brasileiros.

Saiba mais
sobre a
atuação do
**Sistema
Comércio
no estado**





Ambiente de negócios

Desburocratização

Contextualização:

A Fecomércio-PR entende que a melhoria do ambiente de negócios tem um impacto direto no desenvolvimento do estado. Alguns fatores, como a desburocratização dos processos públicos, impactam os negócios, seja em políticas de acesso ao crédito ou até mesmo em questões relacionadas à segurança pública.

Quando o empresário se sentir seguro para ampliar os seus investimentos locais, mais empregos serão gerados, colaborando assim com a qualidade de vida da população.

Posicionamento:

Entendemos que há a necessidade de incentivo à desburocratização e da ampla simplificação de procedimentos. A desburocratização do exercício da atividade econômica é defendida como uma das principais soluções para o livre acesso ao empreendedorismo, proporcionando melhoria no ambiente de negócio, gerando mais postos de trabalho, maior circulação de renda e, consequentemente, diminuindo as desigualdades sociais e regionais.

Acesso a crédito

Contextualização:

A Fecomércio-PR compreende que o acesso ao crédito é a possibilidade de utilizar uma verba liberada para realização de compras, investimentos e pagamentos como um todo, por meio de um montante emprestado por uma instituição financeira.

Posicionamento:

Defendemos a criação de formas de incentivar e facilitar acesso ao crédito para micros, médias e grandes empresas em projetos que tragam desenvolvimento para o estado.

Aplicação de tecnologias na segurança pública

Contextualização:

Experiências e casos bem sucedidos mostram que tecnologias como câmeras de vigilância, inteligência artificial, integração de dados, analytics e softwares de reconhecimento facial podem contribuir de forma importante para melhoria da sensação de segurança e na redução dos índices de violência urbana.

Posicionamento:

Entendemos que há a necessidade de aplicar, implementar e atualizar tecnologias na área da segurança pública, bem como ampliar o policiamento em locais estratégicos, tais como, centros comerciais, áreas turísticas e áreas sensíveis das cidades.

Transformação digital no setor público

Contextualização:

A transformação digital no setor público permite o acesso do cidadão a informações por meio de dispositivos eletrônicos.

A inclusão digital pressupõe que os serviços estejam acessíveis a todos. Para tanto, é necessário fomentar a integração dos dados e de sistemas, além de promover um amplo programa de capacitação para que a população possa vir a fazer o melhor uso dessas informações.

Posicionamento:

Apoiamos a transformação digital no setor público, uma vez que impacta positivamente toda a sociedade, gerando economia financeira e de tempo, agilização dos processos, segurança e proteção de dados para todos, com continuidade e a agilização da transformação digital no setor público, buscando a unificação dos processos e serviços públicos (Ex: portal único, cadastro único, etc.)



Infraestrutura

Energia: Incentivo à economia de baixo carbono

Contextualização:

Considerando a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, destinar recursos para a Região Sul de forma a viabilizar projetos de infraestrutura. A evolução tecnológica possibilitou a diversificação da matriz energética e o acesso a fontes renováveis, em especial no que diz respeito às energias eólica e solar.

Posicionamento:

Defendemos maior incentivo à economia de baixo carbono. Incentivo para pesquisa e aprimoramento de tecnologias para energias renováveis e de baixo custo, como as fontes eólicas e solar, hidrogênio verde, etc.

Energia: Tratado de Itaipu

Contextualização:

Ajustes reais de custo que ocorreram nas obras da Hidroelétrica de Itaipu.

Posicionamento:

Sugerimos a renegociação do anexo C do Tratado de Itaipu, advinda da quitação da dívida contraída para a construção da hidrelétrica binacional neste ano, para que o Paraná possa ser compensado pelos prejuízos sofridos com o alagamento de terras e o desaparecimento de um grande atrativo turístico como Sete Quedas, dentre outras perdas econômicas. Os recursos podem ser utilizados para a modicidade da tarifa e para investimentos na infraestrutura paranaense, por exemplo, e para aperfeiçoamento da malha rodoviária e ferroviária. Seria, portanto, uma compensação pelos prejuízos quando da construção da hidrelétrica.

Mudança dos critérios de utilização da outorga

Contextualização:

Hoje, no Paraná, o investimento em gasodutos de transporte de gás é insuficiente para atender à região.

Posicionamento:

Entendemos que aumentar o fornecimento, pela Petrobras, de gás proveniente dos poços já existentes, em vez da reinjeção quando da extração do petróleo ou de queimá-lo nas plataformas, viabilize um maior fornecimento deste produto para o Paraná.

Irrigação

Contextualização:

Face aos quadros de estiagens que o estado passou nos últimos anos.

Posicionamento:

Sugerimos maior investimento em infraestrutura para irrigação, haja vista o antecedente da grande estiagem que assolou o estado nos últimos anos, com prejuízo para a produção agrícola.

Logística

Contextualização:

Não há um diagnóstico técnico sobre a matriz de transportes brasileira, e suas principais demandas, que indique necessidades e oportunidades, presentes e futuras, de ofertas do subsistemas de transporte a serem detalhadas ou complementadas em nível tático nos planos setoriais.

Posicionamento:

Sugerimos a realização, pelo governo federal, do Planejamento Nacional Logístico Integrado, conectando os modais de transporte, bem como a realização dos planos estaduais de Logística em Transporte, em conjunto a sociedade civil organizada dos respectivos estados. Da mesma forma, podem ser elaborados estudos para integração logística com países da América do Sul. O Paraguai, por exemplo, poderia integrar sua malha ferroviária para escoar sua produção através do Porto de Paranaguá. Pode-se viabilizar a integração das aduanas da América do Sul, diminuindo o tempo para liberação de caminhões; a agilização dos procedimentos de exportação e importação pelos órgãos intervenientes, acelerando os processos e reduzindo o tempo e custo nas aduanas portuárias, de aeroportos e de fronteiras secas; e criar infraestruturas comuns com os países limítrofes do Paraná, ou seja, Argentina e Paraguaias, de forma a fomentar o desenvolvimento dessas regiões.

Modal aeroviário

Contextualização:

Atualmente, o Estado do Paraná possui três aeroportos comerciais em operação: Curitiba, Foz de Iguaçu e Londrina, todos em expansão.

Posicionamento:

Ressaltamos que os empresários do Sistema Comércio defendem que seja realizado um acompanhamento das obras dos aeroportos de Curitiba, Foz de Iguaçu e Londrina, verificando licenciamentos, desapropriações e se etapas das obras estão sendo cumpridas.

Modal ferroviário

Contextualização:

O Paraná depende quase que exclusivamente de sua malha rodoviária, tanto para escoamento e comercialização de produtos quanto para o tráfego de pessoas em todo o estado.

Posicionamento:

Sugerimos a integração da Nova Ferroeste à Malha Sul, bem como acompanhar os estudos acerca das vantagens da prorrogação da concessão da Malha Sul, solicitando a transparência nos dados para que possam ser devidamente analisados. Também, o acompanhamento dos licenciamentos ambientais a serem providenciados pelo Ibama no trecho de Mato Grosso do Sul e Paraná, e que são necessários para a viabilização do empreendimento da Nova Ferroeste.

Modal hidroviário

Contextualização:

É notório o forte potencial para estabelecimento de uma malha multimodal, especificamente com a Hidrovia Paraná-Tietê, que transporta cargas petroquímicas e combustíveis.

Posicionamento:

Defendemos o incentivo ao transporte hidroviário brasileiro por meio da BR dos Rios. No Paraná, especificamente, pode ser explorada a intermodalidade no Rio Paraná, mais especificamente no município de Guaíra, que poderia receber as mercadorias pela hidrovia e transportá-las pela ferrovia.

Modal portuário

Contextualização:

O estado possui o Porto de Paranaguá, composto por um cais de 2.616 metros de comprimento e um cais de inflamáveis com dois píeres, sendo um com 143 metros, e outro com 184 metros, tendo acessos rodoviário, ferroviário e marítimo. Não há uma política fiscal de incentivo à navegação de cabotagem.

Posicionamento:

Defendemos a redução de impostos dos combustíveis para os navios utilizados na navegação de cabotagem. A navegação de cabotagem, regulamentada pela BR do Mar, para tornar-se efetiva, necessita que haja uma redução dos impostos dos combustíveis dos navios que farão esse tipo de transporte na costa brasileira, havendo assim uma equiparação com os benefícios que os navios de longo curso já desfrutam. Além disso, combater práticas anticoncorrenciais com relação ao transporte de contêineres; e questionamento de Antaq e Cade sobre o monopólio/oligopólio no transporte de contêineres que encarece sobremaneira o transporte de mercadorias por esse meio.

Modal rodoviário

Contextualização:

Baixa qualidade do nível do pavimento em rodovias estaduais, o que prejudica as entregas e vendas dos comerciantes locais.

Posicionamento:

Sugerimos agilizar os leilões do novo pedágio; o acompanhamento dos trâmites para a realização dos leilões de pedágio no Paraná, viabilizando a manutenção, ampliação e modernização da malha rodoviária paranaense; garantia de verbas para as rodovias federais que cruzam nosso estado e que não serão contempladas nas concessões de pedágio, para que recebam recursos visem à manutenção, tendo assim condições mínimas de conservação.

Saneamento

Contextualização:

O Paraná encontra-se em uma boa posição no País entre os estados que possuem redes coletoras de esgoto entre 80% e 90% da totalidade, inclusive com recente legislação de regionalização do saneamento básico do estado.

Posicionamento:

Sugerimos o acompanhamento do cumprimento da nova Lei de Saneamento, sem alteração dos prazos já estabelecidos, visando à universalização do abastecimento de água e da coleta e tratamento de esgoto.

Telecomunicações

Contextualização:

Ausência de tipificação contra os crimes de furto e receptação dos cabos utilizados nas telecomunicações. Cobertura de conexão 4G deficitária.

Posicionamento:

Defendemos a criação de um marco legal para tipificar e aumentar a pena para roubo e receptação dos cabos utilizados nas telecomunicações. Solicitação à Anatel de cobertura da conexão 4G nas localidades com atraso, áreas de lavoura e pecuária, para agricultores familiares, escolas rurais e indígenas e nas rodovias federais. Da mesma forma, antecipar a implantação do 5G em cidades com mais de 100 mil habitantes.



Tributação

Tributação

Contextualização:

Elevação da carga do ICMS (por majoração da alíquota de 18% para 19% para as mercadorias em geral, com vigência a partir de abril de 2023); iniciativa do Governo do Paraná para “compensar” a redução da receita de ICMS na energia elétrica e em serviços de comunicação, dado que o STF (Recurso Extraordinário nº 714.139) determinou a percução da alíquota de ICMS das mercadorias em geral também para os bens nominados (antes tributados com alíquota de 29%), fixando a seguinte tese de repercussão geral: “Adotada, pelo legislador estadual, a técnica da seletividade em relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), discrepam do figurino constitucional alíquotas sobre as operações de energia elétrica e serviços de telecomunicação em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços.” Tal providência vai na contramão dos princípios da doutrina econômica. A diminuição de 29% para 18% das alíquotas de ICMS de energia elétrica e serviços de telecomunicação certamente reduz a receita do governo arrecadada com esses itens de consumo. Todavia, tais recursos que não foram ao erário encontram-se agora disponíveis para uso das famílias, que gastam menos com energia e comunicação. É razoável afirmar que esse valor irá, então, continuar em circulação, na forma de gastos com outros serviços e produtos. Os gastos com tais produtos e serviços terão, por sua vez, efeitos econômicos. Entre esses efeitos está o aumento da arrecadação do ICMS provindo do consumo de mercadorias em geral. Donde, portanto, ser injustificável aumentar o ônus do ICMS mediante a elevação de 18% para 19% da alíquota das mercadorias em geral.

As disfunções na organização da produção e da comercialização de bens e serviços decorrentes do uso indiscriminado da sistemática de antecipação do pagamento do ICMS pela via da substituição tributária (ST). A par dos efeitos perversos que derivam dos acréscimos das necessidades de capital de giro para acomodar estoques de mercadorias com o ICMS já neles embutido, sem que elas tenham ainda chegado às mãos dos consumidores finais, o ICMS-ST cria distorções concorrenciais quando tal modelo se generaliza e não se restringe apenas a bens e serviços ofertados por monopólios ou oligopólios e distribuídos e comercializados de forma disseminada por todo o País. Nesse contexto, as empresas contribuintes de ICMS, que o pagam no regime normal de apuração, não conseguem competir em condições de igualdade com as que são enquadradas no Simples Nacional; infere-se que o Simples Nacional não se coaduna, não é congruente com regimes especiais de tributação do ICMS. No Paraná, a proliferação de mercadorias com incidência do ICMS-ST passou a acontecer com intensidade a partir de 2012.

Posicionamento:

Para aliviar a carga tributária estadual, formulada não apenas a partir do diagnóstico enunciado, os empresários listaram outras mais que interferem na correta alocação de recursos produtivos. A saber:

- a) *Manutenção das alíquotas atuais de ICMS sobre energia elétrica e comunicações;*
- b) *Reiterar a isenção de ICMS sobre produtos da cesta básica, com reconhecimento*



to dos créditos do ICMS incidido nas operações anteriores (a sugestão implica reconhecer a retirada plena do ICMS na formação dos preços da cesta básica em todas as operações anteriores à do consumidor final);

c) Instituição do ICMS com alíquota calculada por fora, significando que o valor do imposto não integra a base de cálculo do ICMS;

d) Fim da sistemática de antecipação do ICMS por via da substituição tributária, preservada apenas para as mercadorias de produção monopolizada ou oligopolizada e distribuição pulverizada (por exemplo: cigarros, bebidas, veículos, etc.), como era na origem de instituição do regime ICMS-ST (dado o avanço da tecnologia da informação, não mais se justifica utilizar a ST como instrumento de combate à sonegação);

e) Devolução do ICMS incidido nas operações anteriores à exportação de forma rápida e integral;

f) Preservação do sistema de tributação simplificada através do Simples Nacional, com correção dos limites de valores para enquadramento das micro e pequenas empresas e empreendedores individuais;

g) Publicidade e transparência na concessão de regimes especiais de tributação;

h) Adoção integral do princípio de destino, em que o imposto sempre caberá ao estado no qual a mercadoria será comercializada ao consumidor final;

i) Desoneração total do ICMS sobre bens de investimento em tecnologia de comunicação 5G;

j) Desoneração total do ISS na prestação de serviços de implantação da tecnologia de comunicação 5G.



Educação e bem-estar

Educação e bem-estar

Contextualização:

Ressaltamos a importância da educação para o desenvolvimento econômico, social e humano. Assim, defendemos a adoção de estratégias que promovam e fortaleçam, cada vez mais, o ensino de qualidade em todas as suas etapas; a formação profissional e a formação continuada de professores; e a inovação nos processos educativos.

Posicionamento:

Por ordem de prioridade:

a) Qualificação de mão de obra com excelência e alinhada ao mercado

Defendemos a importância da atuação de escolas técnicas e profissionalizantes na qualificação da mão de obra, por meio de instituições oficiais e regulamentadas e que se preocupam em atuar conforme a legislação, assegurando uma formação de qualidade, prestando assistência social e educacional de excelência em parceria com empresas e diálogo com os setores produtivos, permitindo uma leitura mais fiel das necessidades do mercado, a fim de proporcionar formações mais aderentes a esse contexto; que apresentem soluções práticas, inovadoras e sustentáveis com foco em resultados e geração de renda, qualificando profissionais preparados para operar além das necessidades básicas dentro do contexto global da Quarta Revolução Industrial; que seja de forma presencial e/ou a distância e dando condições para que o aluno aprofunde seus estudos de forma ampla e diversa, com protagonismo individual agregando teoria e prática.

b) Educação profissional e tecnológica com abrangência estadual

Defendemos a disponibilidade de qualificações técnicas e profissionalizantes de qualidade em todas as regiões do estado, inclusive em cidades menores. Defendemos igualmente a reforma do ensino médio como uma oportunidade importante para trazer jovens para o mercado de trabalho, oferecendo educação profissional integrada ao ensino médio, além de oferta regular de cursos de educação profissional técnica de nível médio na forma subsequente ou concomitante, assim como oferta de programas de aprendizagem que permitam aos adolescentes e jovens paranaenses uma formação teórico-prática, de modo a serem inseridos no ambiente das empresas e visando despertar maior interesse pela profissionalização e pela sua permanência nos bancos escolares, equilibrando e agregando a prática e a teoria na formação desde cursos rápidos até os superiores.

c) Educação infantil, ensino fundamental e médio

Defendemos o aumento da oferta de vagas a nível estadual para a educação infantil em tempo integral; e incorporação de aulas de cidadania e turismo no ensino fundamental das escolas, com aulas de campo, estimulando momentos de



lazer através do turismo regional com integração entre alunos e família, promovendo juntamente ações de pertencimento, educação ambiental e preservação, conciliando a importância da atividade econômica e da iniciativa privada com a preservação dos recursos naturais do estado. Para o ensino médio do Paraná, defendemos também a incorporação de educação financeira com noções de economia e empreendedorismo como grade complementar.

d) Programa estadual de acessibilidade

O Brasil possui, segundo o IBGE, cerca de 45 milhões de pessoas com deficiência e necessidades especiais, enquanto no Paraná são 21,4% dos paranaenses. Portanto, defendemos o desenvolvimento de um programa estadual de acessibilidade com foco na melhora do bem-estar social, e que promova a estruturação e a implementação de planos, projetos, infraestrutura e ações em equipamentos e serviços públicos, os quais propiciem autonomia e facilidades para a população e visitantes com diferentes necessidades especiais, trazendo inclusão de forma ampla; possibilitando qualidade de vida ao paranaense com necessidades especiais; e atraindo visitantes, para que possam conhecer o nosso estado e consumir nossos produtos e serviços de maneira digna e acessível.

